

Carta Nordeste

Mensagens de especialistas para
combater a **estagnação**
econômica da região



Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Em 2025, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste inaugurou um projeto inédito no FGV IBRE: o de mobilizar parte da inteligência acadêmica nordestina para pensar formas de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, cuja participação no PIB nacional estancou em 14% há décadas, e onde a desigualdade de renda ainda é marcante. De junho a dezembro do ano passado, foram promovidos três encontros, divididos entre as etapas Recife e Salvador, reunindo mais de 20 especialistas que debateram desafios em áreas como infraestrutura, educação, inovação e desenvolvimento produtivo.

Em 2026, aconteceram mais três encontros da chamada Etapa Fortaleza – o último deles promovido no início de julho –, fechando o ciclo de debates. Da soma dessas contribuições sairá o documento Carta Nordeste, a ser lançado no próximo mês, com análises e recomendações de políticas públicas. “Nosso objetivo é que a Carta contribua para a construção de um pensamento regional”, afirma Flávio Ataliba, coordenador do Centro do FGV IBRE.

O papel dos governos estaduais como indutores de desenvolvimento foi o primeiro tema destacado nos webinars da Etapa Fortaleza. “Não há crescimento sustentado sem capital humano, sem inclusão social, sem dinamismo econômico, tampouco sem um estado funcional”, afirmou Almir Bittencourt, ex-secretário adjunto de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do governo do Ceará.

A que sempre pesem limitações orçamentárias, Bittencourt defende que o primeiro passo nessa transformação é abandonar o que classifica de tradição de Estado burocrático, concentrada na execução orçamentária, para uma postura que de fato sinalize as prioridades estabelecidas em seu planejamento, visando ao aumento da produtividade eco-

nômica, à redução das desigualdades com mobilidade social real e à eficiência administrativa. “Para isso, não basta ao governo garantir incentivos fiscais. O que determina a sustentabilidade do crescimento e do emprego qualificado é a inovação econômica”, afirmou.

Uma das frentes basilares para essa transformação é a política de educação. Além da qualidade do ensino público, o ex-secretário enfatiza a importância do ensino técnico profissionalizante alinhado à demanda de trabalho nos segmentos mais inovadores para os quais a região oferece vantagens comparativas – como a cadeia produtiva de energia renovável, tecnologia da informação e a bioeconomia sustentável. “O ensino profissionalizante envolve, entre outros, um processo permanente de avaliação dos docentes para adequação da necessidade de formação dos trabalhadores”, comentou, citando também a importância da requalificação de trabalhadores informais.

Ainda no campo do conhecimento, o professor do programa de Pós-Graduação em Economia da UFC defendeu o papel do governo em aproximar demandas da iniciativa privada aos projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos nas universidades. “Em Fortaleza, há o

exemplo do parque tecnológico em Porangabuçu, que hoje se destaca pela excelente produção de pesquisa na área de saúde. O ideal é que ela seja incorporada à atividade de saúde de um modo geral, especialmente a pública, disseminando seus resultados por toda a sociedade.”

Outra frente de modernização do governo defendida por Bittencourt passa pelo investimento em digitalização do setor público, “aproveitando as inovações tecnológicas para ampliar o padrão de eficiência em sua própria atuação, orientada por evidências e resultados”. Neste ponto, ele reforça a necessidade de transformação do conceito de Estado burocrático realizador de gasto, “no sentido da capacidade de avaliar sua própria atuação, identificar

ineficiências e realizar ajustes para entregar à sociedade o que foi efetivamente planejado com escassos recursos constantes”, primando pela governança. O especialista em crescimento econômico conclui sua lista de recomendações com um eixo transversal de ação, em duas frentes: “da governança pública com visão integrada do Estado, do reconhecimento das divergências inter-regionais de desenvolvimento”, além da capacidade de promoção de parcerias produtivas com o setor público.

Desafios contemporâneos

Washington Bonfim, secretário de Planejamento do Piauí, ressaltou no evento que a necessidade de

aperfeiçoamento da máquina pública redobra de importância diante de dois temas contemporâneos. No campo externo, turbulências geopolíticas que ampliam os desafios de exportadores no acesso a mercados. Na área doméstica, a reforma tributária dos impostos indiretos, “representando uma transição importante no financiamento do poder público” com a expectativa do fim da guerra fiscal entre estados, cuja relevância levou à promoção de um webinar exclusivo para debatê-la (pág. 58).

Ainda que a reforma tributária tenda a induzir uma redistribuição de cadeias produtivas primando por sua eficiência alocativa – como destacou no evento Maia Jr., que foi vice-governador do Ceará, pon-



Lacuna de infraestrutura por estado como % do PIB estadual

(em milhões de US\$ - 2020)

	Saneamento básico		Energia	Telecom	Transporte	Total (% PIB estadual)
	Acesso à água	Acesso ao esgotamento sanitário	Acesso à energia elétrica	Acesso à banda larga + 4G	Rodovias	
Alagoas	2,3	9,2	3,7	16,7	11,2	43,1
Bahia	1,7	6,6	3,6	14,6	17,2	43,7
Ceará	2,4	9,7	4,2	18,2	14,5	49
Maranhão	3,1	11,4	5	19,7	19,5	58,7
Paraíba	3	9,2	4,2	19,1	17	52,5
Pernambuco	2,4	8,7	4	14,9	9,9	39,9
Piauí	2,1	3,3	3,8	16,7	40,5	66,4
Rio Grande do Norte	2,1	10,4	4,2	16,1	15,9	48,7
Sergipe	2,3	8,5	4,4	15,6	13,4	44,2

Fonte: Banco Mundial, 2022.

do fim a políticas que envolvem “um volume de recursos orçamentários alto em relação a outros países, sem alterar significativamente a realidade socioeconômica das regiões mais pobres” –, Bonfim destacou que, para se manter atrativo ao capital produtivo, o Nordeste precisará romper déficits não triviais, citando o caso da infraestrutura, tanto logística quanto de outras áreas como saneamento e telecomunicações.

No evento, o secretário ilustrou esse desafio destacando as lacunas de infraestrutura do Piauí. Estudo do Banco Mundial com dados de 2022 estimou que, somente para solucionar o gargalo logístico em rodovias, o estado demandaria investimento equivalente a 40,5% do seu PIB. Trata-se de um desafio significativo especialmente quando se observa que o estado conta com a oitava maior extensão do Brasil, a maior população rural do país, e uma alta concentração populacional em poucos municípios, criando vazios demográficos. “No sul do estado, por exemplo, que é o lugar do agro, nenhuma cidade alcança 40 mil habitantes, e entre elas há uma distância que às vezes alcança 300 quilômetros”, descreve Bonfim. É nessa região, por exemplo, que a companhia Friato está com obras para a construção de um polo agroindustrial, o frigorífico Nutrizo Nordeste, com capacidade de abate de 500 mil aves por dia. “Para atrair investimentos como esse, é fundamental garantir

Desembolsos do BNDES por região

(valores correntes, em R\$ milhões)

	12 meses (até mar/26)	Participação	Var. 12 meses
Norte	8.048	4,50%	-9%
Nordeste	16.690	9,20%	37%
Sudeste	73.210	40,50%	51%
Sul	59.002	32,60%	11%
Centro-Oeste	23.812	13,20%	84%
Total	180.762	100	33%

Fonte: BNDES. Elaboração: FGV.



a infraestrutura necessária”, defende Bonfim, incluindo energia elétrica e conectividade.

Bonfim afirma que o Piauí tem buscado a cartilha sugerida por Bittencourt para fortalecer sua capacidade de dinamizar a economia e gerar um estado eficiente. Entre os projetos de digitalização da gestão pública, destacam-se serviços na área da saúde de teleconsultas e telediagnósticos e na área da segurança, com uma solução de rastreamento de celulares roubados adotada em nível nacional. Na educação, Bonfim destacou o investimento do Piauí no ensino médio em tempo integral profissionalizante, com foco em inteligência artificial. E, com um plano de consolidação fiscal operado desde 2019 – o que inclui uma reforma da previdência do funcionalismo –, focou em capacidade de endividamento para financiar a ampliação da infraestrutura via operações de crédito, bem como parcerias público-privadas

como as que já existem em saneamento e rodovias.

Em sua apresentação, Bonfim ainda defendeu uma maior coordenação federativa, que permita um barateamento do custo de investimento – “não é possível que continuemos com baixa participação no crédito de BNDES, Finep e outros órgãos, pois temos capacidade de apresentar projetos”, pontuou – como melhores condições para a atração de investimento produtivo. “A questão do *curtailment* é ilustrativa. Os estados da região têm sido penalizados, pois nem toda a energia renovável produzida no Nordeste é absorvida pelo sistema elétrico. Isso cria uma dificuldade e, no limite, até pode comprometer a atratividade para novos investimentos”, afirmou.

Maia Júnior, ex-vice-governador do Ceará, ex-secretário de Infraestrutura do estado, somou-se à defesa de uma maior coordenação federativa, destacando ainda o fortalecimento de um pensamento

regional – foco da iniciativa de Flávio Ataliba com a Carta Nordeste. “Apesar de termos uma bancada no Congresso que representa mais de 40% do total, nossa participação no PIB do país está estagnada. Os propósitos dos estados nordestinos são os mesmos, mas não são coletivos”, ilustrou, ressaltando que as políticas públicas operadas nas últimas décadas não alteraram o perfil de desigualdade regional.

Em seu diagnóstico, Maia Júnior também citou o alto enrijecimento orçamentário nos níveis estadual e federal como tema de endereçamento necessário, por reduzir a capacidade de investimento desses entes. “Além das temáticas corporativas que tomaram conta do orçamento, saúde, educação e previdência social são despesas que hoje limitam o investimento público federal a algo entre 1% e 2% do PIB apenas.” Para o en-

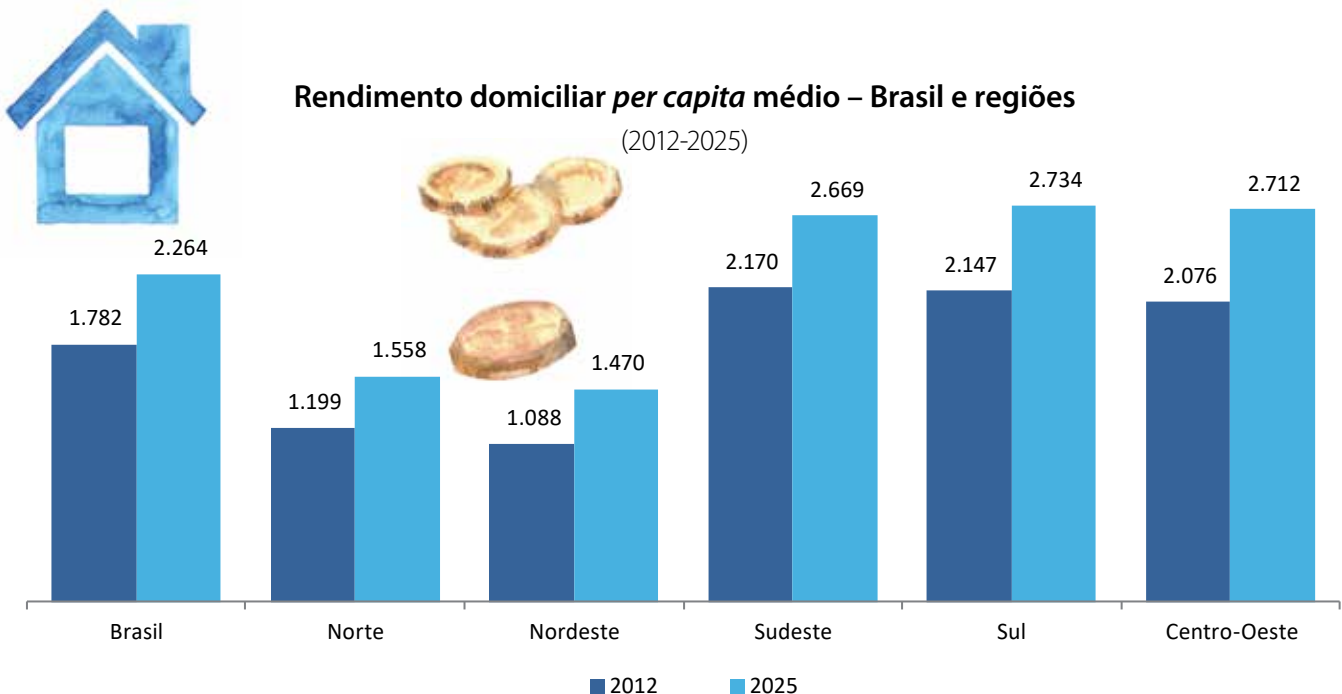
genheiro, equacionar esse entrave fiscal também é trabalhar a favor da geração de empregos de qualidade. “Podemos hoje comemorar a atual baixa taxa de desemprego brasileira, mas com salários baixos, sob um contexto em que o percentual da população em idade ativa que de fato participa do mercado de trabalho ainda deixa a desejar, ficando de fora uma parte sem renda nenhuma a não ser a do assistencialismo?”

Políticas sociais: desafio é aprimorar

Os desafios de geração de renda e os limites do papel das políticas sociais para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste também foram tema de webinar. João Mário França, pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, destacou no evento que

o movimento de convergência da renda domiciliar *per capita* – que é a soma do rendimento de todas as fontes da família dividido pelo número de moradores – do Nordeste para a média nacional tem sido lento. No período de 12 anos encerrado em 2024, o ganho foi de apenas 4 pontos percentuais, passando de 61% da média nacional para 65%. “Quando comparado com o Sul e Sudeste, essa diferença é ainda maior: respectivamente, de 53% e 55%.”

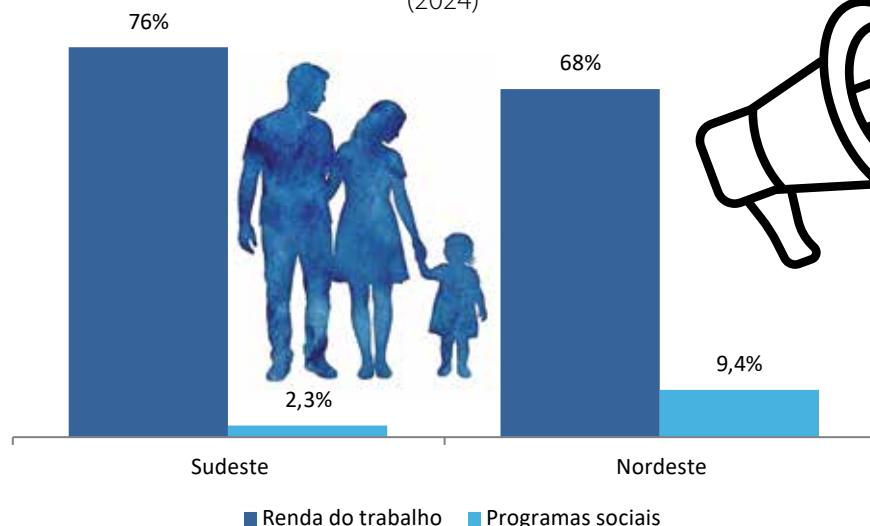
França destaca que esse resultado é fruto da fragilidade estrutural do mercado de trabalho da região, espelhada na também baixa participação da renda do trabalho na renda domiciliar *per capita*: 67%, contra 75% na média brasileira, chegando a 80% no Centro-Oeste. Programas sociais de transferência de renda contribuem para reduzir a desigualdade na região – no Nor-



Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, com dados da Pnad Contínua.

Contribuição do rendimento do trabalho para a renda das famílias

(2024)



A falta de dinamismo econômico de uma região compromete até mesmo a eficácia das políticas sociais no objetivo de tirar a população da pobreza

Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste com dados do IBGE.

deste, eles respondem por 9,4% da renda domiciliar per capita, frente a 3,8% na média nacional e 2,9% no Sudeste –, mas não servem para combater o aumento da concentração de renda no topo da pirâmide, completa o pesquisador.

Estudo de Valdemar Pinho Neto, professor da FGV EPGE, mostra que a falta de dinamismo econômico de uma região compromete até mesmo a eficácia das políticas sociais no objetivo de tirar a população da pobreza. O trabalho de Neto consistiu em obter evidências de emancipação do Bolsa Família entre pessoas com até 17 anos em 2014, de famílias beneficiárias do programa, a partir do cruzamento de dados de folhas de pagamento do Bolsa Família e da RAIS, para identificação de inserção no mercado de trabalho formal. O resultado é uma taxa média de 60,68% de saída do pro-

grama em uma década (até 2025). O melhor resultado foi identificado entre pessoas que em 2014 tinham entre 15 e 17 anos, com 71,25%.

Neto destaca, entretanto, que essa mobilidade socioeconômica é maior em regiões urbanas e economicamente mais ativas. Enquanto no Sul – melhor resultado – a taxa de saída chegou a 79,65% no período observado, no Nordeste ela foi de 56,44%. O economista também identificou outras características socioeconômicas e demográficas que influenciaram no resultado. Por exemplo, a taxa de saída foi maior em lares onde os adultos eram mais escolarizados, e em áreas com melhores condições de moradia.

“Por si só, a transferência de renda não trará produtividade e bons empregos. O Bolsa Família é uma política necessária, mas a trajetória

de ascensão das pessoas também depende de uma agenda complementar de qualificação de mão de obra, políticas de intermediação, crédito produtivo local e melhoria nas condições de infraestrutura”, elencou Neto. A calibragem desses ingredientes dependerá das realidades locais. “Políticas federalizadas acabam sofrendo o desafio de lidar com condições econômicas majoritariamente locais e muito diferentes entre si. Como é que eu vou fazer uma política social centralizada se tem municípios do Brasil com problemas muito diferentes?”

Para o especialista, o desafio dos governos regionais é explorar o ecossistema de políticas públicas locais de forma a ampliar o efeito do Bolsa Família. Para isso, tanto França quanto Neto defendem o estímulo aos entes subnacionais a valorizar as bases de dados públi-

Identificar obstáculos e gargalos para romper o ciclo da extrema pobreza envolve questões que demandam apoio de outras áreas, como de saúde pública



cas. Quanto mais completas, mais poderão jogar a favor do desenho de políticas assertivas. “Da mesma forma que se deve incentivar essa prática, também seria positiva, como contrapartida, a disponibilidade de uma base acessível para consulta, para que qualquer municipalidade possa consultar os dados já tratados, de forma simples”, diz Neto, lembrando que servidores que trabalham no dia a dia das políticas muitas vezes não têm noção dos grandes números de seus municípios, e podem ter dificuldades em transformar essas informações em evidências que sirvam de base para o aprimoramento de políticas.

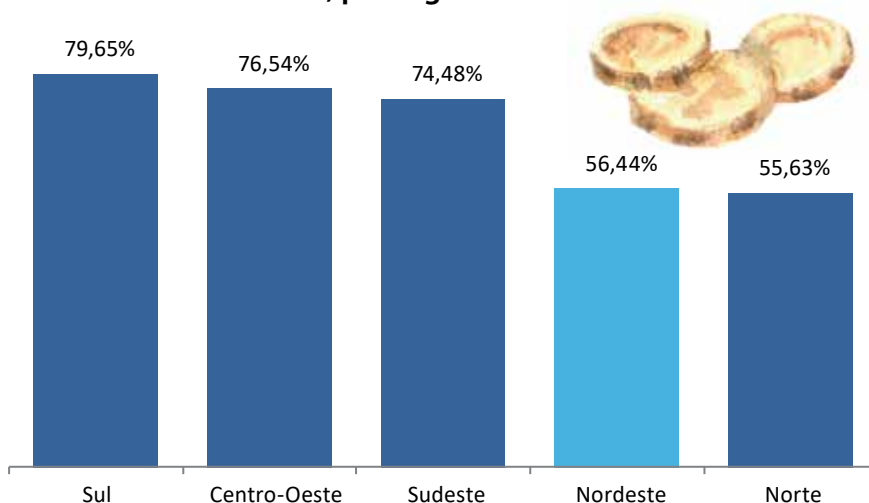
“Há uma série de políticas relacionadas ao combate à pobreza que precisam melhorar continuamente

sua focalização, e para isso o monitoramento e avaliação de políticas públicas é fundamental”, complementa França. No evento, o pesquisador defendeu o acompanhamento das famílias beneficiárias do Bolsa Família, afirmando que “resolver o problema da extrema pobreza a distância, apenas com transferência de renda, é pouco eficiente”. Identificar obstáculos e gargalos para romper o ciclo da extrema pobreza em geral envolve questões que demandam apoio de outras áreas, como de saúde pública. “Pode acompanhar a experiência do Chile no acompanhamento individualizado das famílias que é muito positivo, contribuindo para a conexão com a oferta local de

outros serviços”, citou, indicando experiência similar no Paraná.

Outra recomendação de França foi aprimoramentos na regra de transição do programa. “Hoje se discute muito se o valor do benefício do Bolsa Família é alto. Em países europeus, uma métrica para balizar esse valor é equipará-lo a 40% da renda média, o que no Brasil seria algo em torno dos R\$ 800. Seria como um salário reserva, que balizaria o piso de uma remuneração abaixo da qual ninguém aceitaria uma oferta de trabalho formal”, pontua. “Sob esse aspecto, o benefício não está alto, mas é sempre importante melhorar a regra de transição. Por exemplo, prever

Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos em 2014, por região de residência



Fatores que levam a resultados melhores:

- regiões urbanas e economicamente dinâmicas.
- maior escolaridade dos adultos.
- menor vulnerabilidade econômica.

Fonte: Valdemar Pinho Neto, com microdados do MDS.

uma garantia para que, em caso de choque econômico e perda de trabalho, uma pessoa possa voltar imediatamente para o programa.”

No campo dos dados, o pesquisador do FGV IBRE defendeu melhorias na estruturação do CadÚnico, lembrando que esse cadastro serve de referência para várias políticas – como o novo *cashback* da reforma tributária – e também pode ajudar na focalização de programas de qualificação profissional, por exemplo. “É importante que esses dados estejam atualizados, bem estruturados, porque senão você começa a utilizar políticas públicas de maneira inadequada.” As recomendações, nesse caso, são quanto a atualizações mais frequentes – “hoje acontecem a cada dois anos, quando a pobreza e o próprio mercado de trabalho tendem a ser voláteis” –, com a ajuda de dados como contas de consumo e técnicas de amostragem das visitas domiciliares.

Mas é preciso produzir

A conclusão dos especialistas no segundo webinar da etapa Fortaleza convergiu com a mensagem do primeiro encontro: a importância de que a gestão dos estados leve a políticas que não se resumam a execuções orçamentárias, mas resultem em um entorno virtuoso para o desenvolvimento de atividades econômicas competitivas, geradoras de bons salários.

Vitor Hugo Miro, pesquisador do

Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE, destacou que a evolução dos estudos sobre diferenças regionais de renda – área para a qual o próprio Miro é referência – reforça o papel da densidade econômica regional. Como referência, em 2024, por exemplo, o rendimento médio de todos os trabalhos na Região Sudeste foi de R\$ 3.590 ao mês; no Nordeste, R\$ 2.229.

Miro cita trabalho de Samuel Pessoa apresentado em encontro da Anpec em 1997 (sobre o qual Pessoa debateu no primeiro evento da Carta Nordeste – <https://go.fgv.br/m7bCBNDDkM5>), que prega que os desafios do Nordeste são menos fruto de um desequilíbrio regional do que social, e a desigualdade de renda é tipicamente baseada nas características individuais. “Desenvolvi um trabalho, aplicando metodologias um pouco diferentes, para mostrar que as evidências encontradas por Pessoa não são suficientes para explicar esse hiato de renda regional, pois as características individuais são remuneradas de forma diferente.” Em seu estudo, Miro reconhece a parcela da desigualdade explicada por fatores como nível educacional e experiência no mercado de trabalho, mas identifica que cada ano adicional de escolaridade de uma pessoa é remunerado de formas diferentes em cada região. “Diferenças de escolaridade, experiência, informalidade importam. Boa parte da força de trabalho nordes-

tina (50%) tem 11 anos de estudo; no Sudeste, são 20%. Ainda é uma diferença significativa”, diz, destacando um caminho de convergência da escolaridade média entre a população nordestina mais jovem. “Mas nossos resultados mostram que essas diferenças de escolaridade, faixa etária, grau de informalidade respondem por cerca de 36% do diferencial de renda. Os outros 64% são atribuídos à forma como as características individuais são remuneradas.” Ou seja, a qualificação da forma de trabalho é condição necessária, mas não suficiente para eliminar as diferenças de renda que comprometem o bem-estar das famílias. “Temos também que olhar para essas diferenças de retorno resultantes de elementos estruturais do ambiente produtivo, como produtividade das firmas que estão instaladas aqui no Nordeste, e todas as políticas relacionadas a essa agenda: com infraestrutura logística, conectividade, inovação, ambiente de negócios, e de investimentos”, defende, reforçando a importância de uma agenda que calibre e integre políticas sociais e produtivas. 

Reveja os webinars

Sobre gestão pública:

 <https://go.fgv.br/N3NEdtPDYqu>

Sobre políticas sociais e geração de renda:

 <https://go.fgv.br/V7Rz7N17WAb>

Reforma tributária: ganhos e desafios



Tal como apontado no estudo do Banco Mundial *Rotas para o Nordeste*, a reforma tributária dos impostos indiretos cria uma oportunidade para a região replanejar suas prioridades em termos de desenvolvimento produtivo, privilegiando decisões de investimento guiadas mais por seus diferenciais competitivos do que por vantagens tributárias, alimentando engrenagens potencialmente mais eficientes.

A reforma estabelece um regime de IVA dual. No campo federal, saem o PIS e a Cofins e o IPI, e entram a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e um Imposto Seletivo. No âmbito estadual e municipal o ICMS e o ISS serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O IVA dual busca reduzir a complexidade do atual sistema, cujas legislações diferentes em cada estado implicam alto custo no cumprimento fiscal por empresas que operam em mais de uma região, gerando alta insegurança jurídica e uma competição entre estados pela

atração de empresas via subsídios tributários, o que em muitos casos resulta em ineficiências alocativas.

O caminho para alimentar esse ciclo virtuoso, entretanto, não é simples. No último webinar da Carta Nordeste, o coordenador do projeto, Flávio Ataliba, dedicou o debate exclusivamente ao tema, analisando seus efeitos benéficos e desafios que a mudança do regime tributário – cuja transição gradual teve início este ano e se estende até 2033 – deve implicar para a economia nordestina.

Do lado positivo, foi destacada a mudança da tributação na origem, como é hoje, para o destino. Sendo o Nordeste mais consumidor do que produtor, a tendência é de que haja ganhos de receita. Rafael Barbosa, pesquisador associado do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE, afirmou que a estimativa é de que os municípios nordestinos registrem mais ga-

nhos do que na média nacional. No webinar, Barbosa apresentou resultados de um estudo desenvolvido por equipe do programa de cientistas-chefes da UFC, da qual faz parte, para identificar mudanças na arrecadação com a reforma. O modelo desenvolvido pelos pesquisadores é apoiado em metodologia dos economistas Rodrigo Orair e Sergio Gobetti, e usa dados do Censo de 2010 e da última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de 2017/2018. “Nossos cálculos apontam que, ao final da reforma, 92% dos municípios do Nordeste ganharão receita, percentual maior que na comparação nacional, com 76%”, afirmou. O estudo ainda indicou que 95% dos municípios nordestinos mais pobres tenderão a registrar maiores ganhos, bem como 89% daqueles que se encontram no quartil mais desigual. Entre os que tendem a perder arre-

cadação, por sua vez, destaca-se uma concentração entre municípios nordestinos da região do Matopiba, cinturão agrícola do qual fazem parte Piauí e Bahia.

Barbosa destacou que esses ganhos forçarão os municípios a ter mais responsabilidade com a arrecadação, e que aqueles com baixa capacidade institucional precisarão de ajuda para garantir a eficiência na gestão e alocação desses recursos. “Tenho defendido o apoio dos governos estaduais. Isso funcionou muito para a educação no Ceará. Se os municípios não aproveitam bem, todos perdem arrecadação”, diz, referindo-se à necessária convergência de instâncias políticas para mitigar questões, por exemplo, como a do alto nível de informalidade da economia em algumas localidades.

O esperado fim da guerra fiscal é o principal desafio apontado pelos especialistas, e demandará planejamento redobrado dos estados. No evento, Barbosa lembrou a avaliação de especialistas em crescimento econômico de que a atração de empresas via incentivos fiscais foi responsável por parte do ganho de participação do Nordeste no PIB brasileiro, de 12,87% em 1994 para 14,35% em 2020. “Apon-ta-se que, além de atrair empresas de fora do Nordeste, essa política teve efeito sobre as empresas originárias da região, ampliando sua margem, gerando incentivos para a expansão”, destacou.

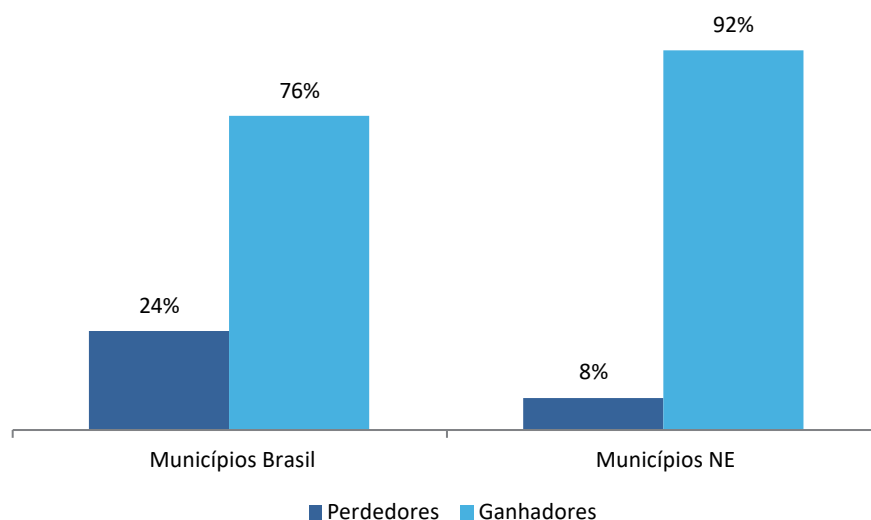
Com o novo sistema tributário, espera-se que a decisão alocati-

va das empresas passe a se guiar pela eficiência econômica, e que os estados explorem essa realidade a seu favor. “Ainda não está claro o modelo de política que os estados adotarão”, destacou o pesquisador, destacando entre as

possibilidades a criação de fundos estaduais ou regionais de desenvolvimento, e o desenvolvimento de modelos de participação estatal ao estilo do BNDESPar.

Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamen-

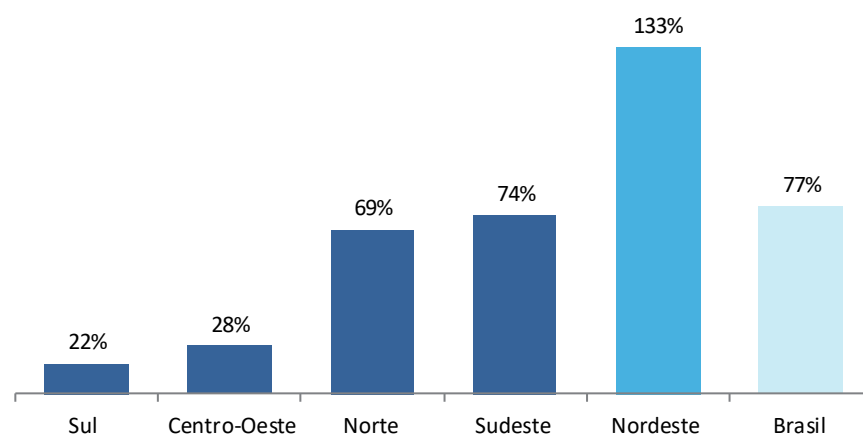
Perdedores e ganhadores em arrecadação com a reforma tributária



No Nordeste, municípios mais pobres e mais desiguais tendem a ganhar mais com a reforma.

Entre os perdedores, alta concentração na região do Matopiba: 18% dos municípios da região, contra 8% no total do NE.

Percentual de ganho médio esperado



Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste - FGV IBRE.

to Público (CPFO) do FGV IBRE, lembrou que a reforma prevê dois fundos para auxiliar esses entes a lidar com a mudança de estratégias locacionais das empresas: o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF), que visa a compensar a perda de empresas com o gradual fim dos incentivos fiscais até 2032, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), de caráter permanente, financiado com recursos da União, voltado ao apoio aos estados na redução de desigualdades e em suas estratégias de competitividade. O montante que cada ente receberá, entretanto, será significativamente menor do que os atuais incentivos fiscais operados pelos estados nordestinos. Barbosa ilustrou a diferença com o caso do Ceará. “Estima-se que em 2029 o valor do Fundo dedicado ao Nordeste seja de R\$ 3,9 bilhões. Hoje, só no Ceará esses incentivos são da ordem de R\$ 4 bilhões.”

Pires reforçou que essa transição demandará planejamento estratégico dos estados. “Aqui no IBRE estamos desenvolvendo uma metodologia para identificar onde os incentivos fiscais geram mais resultado, e quais ficam parados na cadeia sem gerar benefício econômico, por exemplo”, afirmou, indicando ainda a necessidade de que os entes subnacionais revisem e aperfeiçoem seu monitoramento fiscal. Há bons métodos para isso, diz, mas questões como séries defasadas de PIB e imprecisões na desagregação de informações podem dificultar a identificação de padrões de consumo. “É preciso planejamento para maior eficiência do uso dos recursos, e fortalecimento da institucionalidade da política fiscal em nível estadual para garantir o financiamento dos estados de forma adequada”, resumiu.

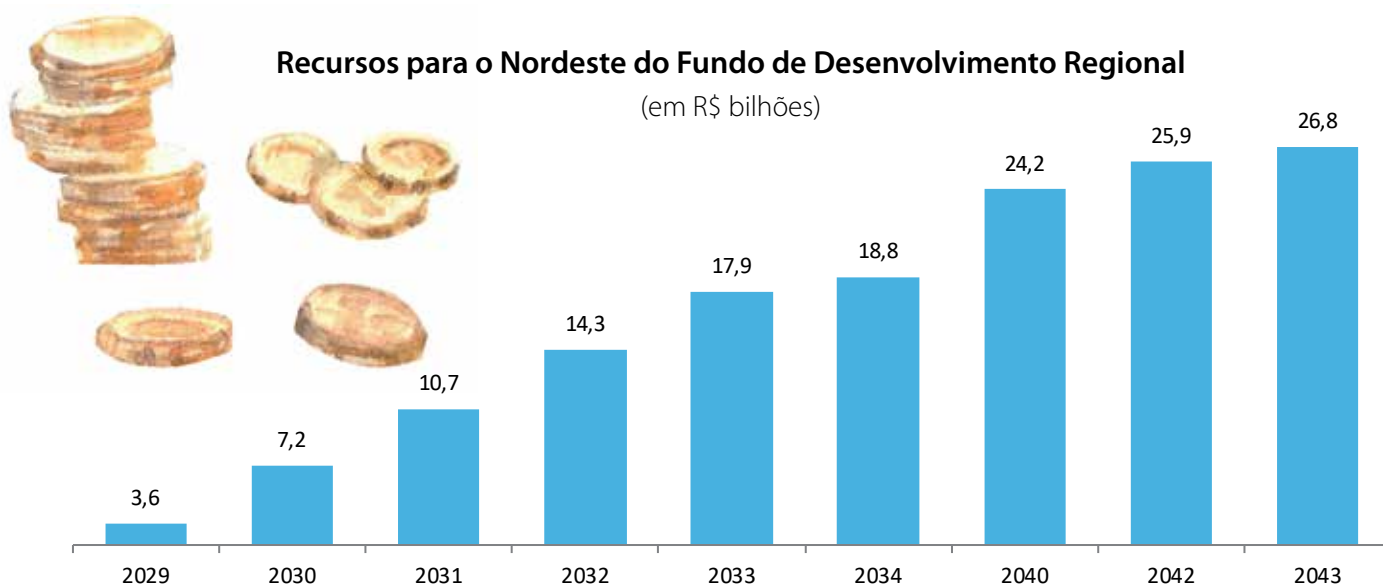
“Boa parte do ganho econômico da reforma está exatamente em conseguir aumento de produtividade

de nessa recomposição locacional em busca de ganhos de eficiência. Se a transição não for bem-feita, e se mantiver ainda muito apoiada em incentivos não avaliados adequadamente, a tendência é de a região ganhar muito menos, tanto em PIB quanto em termos fiscais”, alertou o coordenador do CPFO.

Outro desafio citado por Barbosa são as implicações das mudanças na distribuição da cota-parte municipal do atual ICMS para o novo IBS nas políticas de incentivo à educação. Ele lembra que parte do modelo que tornou Sobral (CE) um exemplo internacional de sucesso na educação pública se sustenta em um incentivo financiado por 18% da cota-parte do ICMS destinado ao estado. Além de mudar os critérios de definição da cota-parte (ver tabela), a legislação do IBS ainda limita o valor direcionado para educação a 10%. “Inspirados pela prática do Ceará, hoje muitos estados passaram a dis-

Recursos para o Nordeste do Fundo de Desenvolvimento Regional

(em R\$ bilhões)



Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste - FGV IBRE.

Alteração na cota-parte pode afetar principal incentivo educacional

Modelo atual	Modelo com reforma tributária
75% proporcional ao Valor Adicionado Fiscal (VAF)	80% na proporção da população
25% geridos pela legislação de cada estado	10% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade
	5% com base em indicadores de preservação ambiental
	5% em montantes iguais para todos os municípios do estado

Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste - FGV IBRE.

tribuir a cota-parte de acordo a méritos educacionais, e 12 deles alocam valores acima de 10%”, descreveu Barbosa, citando exemplos como os de São Paulo (13%), Rio Grande do Sul (17%) e Maranhão (20%). “Isso significa que muitos terão que repensar seu desenho de incentivo.”

É preciso preparo

O deputado Mauro Benevides Filho, por sua vez, destacou que a reforma tributária tende a promover maior transparência no trato dos incentivos fiscais pelos estados. “Hoje, ao se dar um incentivo, a população brasileira em geral não sabe de quanto é. Agora, se o estado quiser manter essa política de forma parcial ou total, o aporte financeiro terá de constar do Orçamento, descrevendo a empresa e o valor”, afirmou.

Ele também defendeu os ganhos esperados em produtividade e crescimento com a simplificação da legislação tributária, o que deverá reduzir inclusive litígios quanto a interpretações das legislações estaduais e municipais. “O que não conseguimos foi unificar o julgamento

dos contenciosos do IBS (atuais ICMS e ISS) e do CBS (que unifica PIS e a Cofins), que acontecerá em dois órgãos diferentes. Mas previmos que em caso de julgamento diferente para cada um, haverá a necessidade de uniformização, com criação de uma súmula vinculante, para que o empresário fique menos receoso em ter de lidar com duas interpretações diferentes”, afirmou.

No evento, Pires ainda ressaltou o desafio de adequação que a reforma traz para as empresas – tema que foi tratado em episódio do *podcast Economia em 15’*. “No IBRE, temos feito sondagens em que observamos que as empresas ainda não têm se preparado muito. Esse é um ponto que demanda atenção porque a reforma mudará o *locus* decisório da empresa em vários níveis: o modo de formação de preços vai mudar, e se as empresas não compreenderem essa mudança, poderemos ver problemas de gerenciamento, perdas relevantes, e inflação localizada em alguns setores”, citou. “Um segundo ponto tem a ver com a cadeia logística empresarial. Como a carga muda-

rá muito entre setores e produtos, naturalmente a cadeia de fornecedores terá que ser revista. Uma decisão que hoje é ótima de aquisição e determinado insumo em determinada região pode mudar”, acrescentou Pires. Outro fator apontado pelo pesquisador é a mudança provocada pela forma de recolhimento dos impostos, que acontecerá no ato da transação (sistema *split payment*). “Para empresas acostumadas a fazer a venda hoje e recolher imposto no longo prazo, essa alteração gerará uma demanda por giro de caixa grande. Em um país no qual o custo de capital é alto, ter estratégia defensiva em relação ao caixa é importante”, alertou. ■



Relembre o episódio *Economia em 15’* sobre o impacto da reforma tributária para as empresas:

 <https://go.fgv.br/hbPEvfleWIB>

 <https://youtu.be/n5OQxM6kU8Q>